



Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU
Ata da 170ª (Centésima Septuagésima) Reunião Ordinária
Dia 19 de junho de 2009

Às 09:30 (nove e meia) horas do dia 19 de junho de 2009 (dois mil e nove), na sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência da suplente do presidente, Dra. Maria José De Biase. Havendo número legal, a suplente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da 169ª Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de maio de 2009. 2) Discussão da proposta para a Ilha Antônio Vaz. Dra. Taciana Maria Sotto Mayor Porto Chagas e Dr. Noé Sérgio do Rêgo Barros - Diretoria de Urbanismo/DIRURB. 3) Discussão das Ações Mitigadoras. 4) Informes/Outros. Estiveram presentes os conselheiros, Dra. Maria José De Biase, suplente do presidente, Taciana Maria Sotto Mayor Porto Chagas, Diretora da DIRURB/Sec. Planejamento (titular), Dra. Márcia Vasconcellos Tavares de Melo, Assessora da DIRCON - SPPODUA (suplente), Dra. Flávia Cardoso Ferro, Assessora Técnica da Sec. da Assistência Social (suplente), Dra. Flávia Castanheira do Nascimento, Diretora Geral das Procuradorias - SAJ (titular), Dr. Otoniel Freire de Barros Neto, representante da Secretaria de Saúde (titular), Dr. José Antônio Bertotti Júnior, Secretário de Ciência, Tecnologia e Des. Econômico (titular), Dr. Fernando de Souza Paz, representante da Autarquia de Saneamento do Recife - SANEAR (titular), Dr. Isaac Azoubel Abram, representante da URB/Recife (suplente), Vereador Roberto Sérgio Ribeiro Coutinho Teixeira, representante da Câmara Municipal do Recife (titular), Dr. Marco Aurélio de Farias Costa, representante da CEF (suplente), Dr. Tamar Ferreira de Lima, representante da Ag. CONDEPE/FIDEM (titular), Dr. Marco Aurélio Mayrinck Estela de Melo, representante da FIEPE (suplente), Cel. Eduardo José Pereira de Oliveira, representante da CDL/Recife (suplente), Dr. Bruno Cortez Uchoa de Miranda, representante da ACP (titular), Sr. Tomé Ferreira de Lima, representante da FEMICRO (suplente), Prof. José Luiz Mota Menezes, representante do CREA/PE (titular), Dr. Antônio Alfredo Oliveira Lima de Menezes Júnior, representante do CORECON/PE (titular), Dr. Sérgio Higinio Dias dos Santos Neto, representante da OAB/PE (suplente), Dr. João Domingos Petribú da Costa Azevedo, representante do IAB/PE (suplente), Dr. Paulo Reynaldo Maia Alves, representante do Centro Josué de Castro/ABONG (titular) e a Dra. Maria Lins Julião da Rocha, representante do MNLN/PE (titular). Em seguida, Dra. De Biase deu posse ao conselheiro Marco Aurélio de Farias Costa como membro suplente, representante da Caixa Econômica Federal, passando em seguida para o primeiro item da pauta - Aprovação/Assinatura da Ata da 169ª Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de maio de 2009. Ata aprovada. Segundo item da pauta - Discussão da proposta para a Ilha Antônio Vaz, convidando o arquiteto da DIRURB, Noé Sérgio do Rêgo Barros, para fazer a apresentação. O arquiteto iniciou informando que, "sou gerente de Área de Desenvolvimento Territorial da Diretoria de Urbanismo – DIRURB, onde a proposta vem sendo exaustivamente discutida juntamente com as secretarias fins da Prefeitura. A Secretaria de Planejamento como órgão meio tem a função de coordenar as ações. A proposta na realidade é um conjunto de ações que estão sendo



PREFEITURA DO
RECIFE

provocadas para dentro do Centro do Recife. Pois Santo Antônio e São José na realidade é um território único". (Apresentação em anexo). Concluída a apresentação, Dra. Maria De Biase deu início ao processo de discussão, passando a palavra ao conselheiro Prof. José Luiz Mota Menezes, representante do CREA/PE. "Quanto à questão do Pilar, pergunto: se for localizada alguma coisa, a Prefeitura teria a coragem de subir pilotis? Na realidade é terrível sepultar todo o resíduo arqueológico que existe na área. Deveria haver uma discussão aberta, clara, posterior a uma prospecção arqueológica. Que a arquitetura do local seja resultado da prospecção. Deve-se ter muito cuidado com o modelo de arquitetura. Particularmente acho a proposta de arquitetura da Prefeitura ruim. As demais são boas, viáveis. Preocupo-me também com as remoções, retiradas de pessoas por outras pessoas. Retornando ao Pilar, espero que a Prefeitura tome a posição de respeitar a arqueologia. Que não proceda no Pilar, como está procedendo no Sítio da Trindade". O arquiteto Noé Sérgio falou para o Prof. José Luiz que sua colocação será como arquiteto. "Existe uma política adotada pelos órgãos públicos, na habitação popular. Até mesmo por exigência da fonte de financiamento. Por isso que, quando se fala em habitação popular, não se fala em arquitetura e sim, em números de unidades. Não se fala nem em urbanismo. Concordo plenamente com o professor, temos que melhorar a qualidade, mas, hoje, é um padrão exigido pela Caixa Econômica Federal, órgão financiador". Neste momento, Dra. De Biase lembrou aos conselheiros que a proposta para o Pilar foi apresentada no CDU, pela Dra. Nancy Nery. O conselheiro José Luiz retrucou dizendo que não estava se reportando às ações para o bairro do Pilar, e sim, à arquitetura proposta. "Com certeza a CEF é formada também, por pessoas cultas e sensíveis. Com melhor perspectiva em função do valor do bairro. Minha colocação anterior diz respeito a dois momentos: um sobre o aspecto plástico, outro o arqueológico". Passando em seguida, a palavra à conselheira Flávia Cardoso Ferro, representante da Secretaria da Assistência Social. A conselheira perguntou se estava sendo pensando alguma coisa para o lado do Forte do Brum. "É interessante a iniciativa privada trabalhar com ações de habitação. Mas, existe alguma legislação específica para localidade em relação ao gabarito? Por exemplo, o gabarito para a rua Imperial será mantido a tipologia existente? Minha preocupação é que não vire uma cortina de prédios altos, como as Torres Gêmeas no Cais de Santa Rita". Em seguida, Dra. De Biase passou a palavra à conselheira, e diretora da DIRURB, Taciana Maria Sotto Mayor, para os esclarecimentos necessários. "A área da REFESA é considerada área específica/análise especial desde 2000. O Complexo Cultural Recife/Olinda, juntamente com os empreendedores, vem estudando com o objetivo de se chegar a uma proposta razoável". Continuando a suplente do presidente passou a palavra à conselheira Maria Lins Julião da Rocha, representante do MNLN/PE. "Pelo que entendi, o arquiteto Noé apresentou uma proposta com várias ações. Todas as ações já foram elaboradas, estão prontas? Serão aprovadas em blocos ou continuará sendo apresentado o estudo?" O arquiteto Noé, respondeu que algumas ações encontram-se com os projetos prontos e recursos garantidos. Outras em nível de estudos, de idéias. "Nossa preocupação é articular as várias ações, razão da nossa apresentação geral". Em seguida, Dra. De Biase falou que, "o projeto apresentado hoje, no Conselho, é proposta de território de requalificação, por isso existem vários projetos. Mas, não está no CDU, para votação. E sim, para conhecimento, debate. Colher contribuições". Passando a palavra ao conselheiro



Tamar Ferreira de Lima, representante da Ag. CONDEPE/FIDEM. "Foi apresentado no CDU, uns meses atrás, pela UFPE, uma proposta para o bairro de São José da parte do comércio. Comércio este que se encontra muito decadente. Nem conseguimos andar direito, com carros batendo em nossas pernas. Será que o comércio referido está contemplado nesta proposta para a Ilha Antônio de Vaz? É muito importante a representatividade daquele trecho para a cidade do Recife. Caso não tenha sido, deverá ser contemplado". Dra. De Biase informou que a DIRCON está aguardando as alternativas que estão sendo propostas pela Diretoria de Urbanismo. A seguir, passou a palavra ao conselheiro João Domingos Petribú da Costa Azevedo, representante do IAB/PE. "Peço a compreensão de todos, pois preciso tocar em vários pontos da apresentação do arquiteto Noé Sérgio. O primeiro se refere à implantação do eixo do Cabo Eutrópio, tem que haver uma grande preocupação aliada ao projeto da Cidade da Justiça (Pólo Jurídico). Deverá ser pensado nos dois pontos, um desenho que facilite a fluidez. Minha preocupação é com o ponto de ligação da alça do braço morto, que não tem uma geometria favorável a essa conexão. O desenho em princípio proposto para o Pólo Jurídico, desconsiderou as vias, as alças existentes. Sobre o projeto Caminhos do Recife, irão substituir as pedras portuguesas por intertravados? Podemos ver num tempo curto o que aconteceu com as calçadas da Av. Conde da Boa Vista, encontram-se num estado lastimável. Em relação a requalificação da Dantas Barretos, o que está realmente sendo pensado? Já existe o detalhamento? É só a requalificação do mercado ou vão liberar a via para o fluxo de veículos? Uma questão muito importante que está ligada ao projeto da Moura Dubeux, seria a possibilidade de gerar uma conexão de fato com a Dantas Barreto, chegando ao Cais de Santa Rita. Isso irá gerar uma dinâmica muito maior para a área. Ação essa pensada no Complexo Cultural Recife/Olinda. Em relação ao entorno, pensou-se em criar uma área de estacionamento no Cais de Santa Rita. Não sei se na área do Cais do Porto, as ações são mais de competência do Estado do que da Prefeitura. Em relação ao Cais José Estelita, de fato criou uma ligação no prolongamento da Dantas Barreto, aqui se faz menção de uma possível conexão. Essa menção está sendo feita para uma via marginal. Tem que ser dado o caráter de uso a ela. Esse é um ponto muito importante que deveria ser levado em consideração. Em relação à tipologia dos prédios, é importante que a Prefeitura condicione à aprovação do projeto, a real permeabilidade do território. Tenho a preocupação em não darmos as costas à cidade. Em relação à questão do gabarito, que se tente gerar algum tipo de escalonamento. Outra questão, que foi posto no desenho, uma marina na frente dos armazéns. Salvo engano no local existe um grande banco de areia. Como fica a questão ambiental? Sobre a Cruz do Patrão, poderá ser construído um espaço cultural. Mas, preocupo-me muito, pois no desenho existe uma construção que está engolindo a Cruz. A visualização da Cruz do Patrão deve ser importante, independente de onde estamos. No desenho ela está em segundo plano. Em relação ao Terminal de Passageiros, ele está sendo desativado e transferido para o Armazém 7? Como está prevista a operação do Porto? O Porto vai manter uma operação de um lado e de outro, e o Terminal irá ficar no meio? Será se não seria conveniente estudar a operação de revitalização dos armazéns até o Terminal Marítimo? A questão do heliponto da iniciativa privada, para mim é um tiro no pé. Deveria ser pensado em outra área mais conveniente. Em relação à Comunidade do Pilar, na imagem apresentada, vimos os blocos. Irá existir uma ligação/abertura de



PREFEITURA DO
RECIFE

alguma praça com a rua Alfredo Lisboa? Neste momento, Dra. Taciana Sotto Mayor mostrou uma imagem, onde a praça existente iria permanecer. Retomando a palavra, em relação ao Centro Cultural da Caixa, saiu na imprensa uma reportagem de depredação na área. Pergunto ao conselheiro representante da CEF, se existe previsão de início das obras, evitando assim, a depredação do patrimônio. Sobre o bairro de Santo Amaro, existe um diagnóstico, mas, está sendo pensada uma coisa mais concreta? Em relação ao Call Center, tomei conhecimento que chegou à CCU para ser analisado. Espero que ao tramitar no CDU, a obra não esteja concluída". Em seguida, Dra. De Biase passou a palavra à conselheira Taciana – DIRURB, para os esclarecimentos. "Na realidade o arquiteto Noé Sérgio, se empolgou e colocou na apresentação tudo que está sendo desenvolvido dentro da Diretoria de Urbanismo. Na verdade a intenção era apresentar apenas a proposta de requalificação das áreas urbanas centrais e citar os outros projetos. Só como ações complementares. Tem alguns projetos que Noé colocou na apresentação que de fato vão interferir na requalificação da área central, mas, nem estão na DIRURB. Está imagem específica é uma área da ZEPE 8, na Boa Vista com parte de preservação rigorosa. O resto é SPA (Preservação Ambiental). O projeto está aprovado e licenciado. A proposta para essa área será assunto de pauta da próxima reunião do CDU. Iremos discutir inclusive, condições e índices na área e não só na quadra. Sobre a questão da Beira Rio, e o encontro com a ponte, na realidade foi só uma marcação. Precisa ser realizado um estudo viário. Não existe projeto, só proposta. Sobre a questão das trocas das pedras portuguesas por intertravados, o projeto Caminhos do Recife é do DPPC, poderá ser apresentado no Conselho, se vocês acharem importante. Sobre a questão da Dantas Barreto, a proposta é estudar a requalificação urbana para a área como um todo. Desde o estudo de fachadas dos edifícios, com verba já assegurada pelo IPHAN, recuperação de calçadas e uma reorganização do comércio informal na área. A proposta é chegar até o Cais. O Complexo Cultural Recife/Olinda está fazendo um diagnóstico, um levantamento, na fase ainda de pesquisa. Quando estiver numa fase mais desenvolvida, poderemos trazer ao CDU. O projeto do entorno do mercado está pronto. O Conselho pode convidar o DPPC para fazer a apresentação de tudo o que está sendo pensado para o entorno. Sobre o sistema viário da Joana Bezerra, o estudo foi feito junto: EMTU, CTTU e a GOPV da DIRURB, com o desenho praticamente definido. Podemos também trazê-lo ao Conselho. Partindo desse Terminal Integrado é que se define o sistema viário por conta dos ônibus. Neste momento, o conselheiro João Domingos – IAB, solicitou a apresentação do referido desenho em outra reunião do CDU, "de modo mais aprofundado, com o volume construído e o plano de massa". Retomando a palavra, a área da AACD está sendo respeitada. A questão da REFESA, a permeabilidade, o gabarito e a marinha. A permeabilidade é uma preocupação que já existe. Preocupação nossa de não ser criado um paredão em nenhuma via como eles queriam, atrás isolando, fechando a rua Imperial, como se fosse o lixo. É nosso trabalho requalificar a rua Imperial, logo, como iríamos permitir um paredão acabando com tudo. Quanto à marina, a imagem apresentada foi copiada do projeto Complexo Cultural Recife/Olinda. Não foi proposta específica do empreendedor. Mas, ventila-se a hipótese de ter uma marina, sem ser privada. Ser uma ação mitigadora do empreendedor, como equipamento público. O gabarito como falei anteriormente, está em torno de 30 pavimentos. Neste momento, o conselheiro Bruno Uchoa – ACP falou que, "no caso



PREFEITURA DO
RECIFE

especifico é mais importante a taxa de ocupação do que o gabarito". Retomando a palavra, a Cruz do Patrão, o projeto está sendo analisado no IPHAN. Também, se for de interesse do CDU, poderemos solicitar sua apresentação. O Terminal do Porto, também não é um projeto da Prefeitura. Iremos interferir em termos de análise e julgamento. O heliponto é da iniciativa privada, é uma intenção. Existiu um que tramitou na CCU e foi aprovado, destinado para o final da rua Imperial. Houve muito questionamento, mas estava dentro da lei. Para Santo Amaro, existe só o diagnóstico, um estudo de território para propostas futuras. Quanto ao Call Center, a solicitação é de construir uma passarela para interligar os dois prédios. Nosso entendimento foi: na medida que você interliga, vira empreendimento de impacto. Isso gerou insatisfação por parte do empreendedor, que alegava que eram dois terrenos em separados. Falei que sim, desde que não fossem interligados. Os dois prédios estão aprovados e licenciados. Vem para o CDU a interligação entre eles, a construção da passarela". Neste momento surgiu uma discussão sobre o assunto, mas Dra. De Biase sugeriu de deixasse essa discussão para a reunião de tramitação do processo da passarela. Prosseguindo, a suplente do presidente passou a palavra ao conselheiro Marco Aurélio de Farias Costa, representante da Caixa Econômica Federal. "Sou gerente geral da Agência do Cais do Apolo, à disposição de todos. Sobre a discussão da racionalidade/criatividade, o que dará a criatividade com a racionalidade é questão de projeto. Concordo com o conselheiro Prof. José Luiz, acho que poderá se dar no Pilar, solução semelhante à dada na rua do Bom Jesus. Preservando os equipamentos arqueológicos. Em relação à habitação popular, lembro a escassez de recursos para uma demanda enorme. Em relação ao fato ocorrido publicado pela imprensa, citado pelo conselheiro João Domingos, a questão da vigilância externa, da rua, não é de competência da Caixa. O início das obras do Centro Cultural, tem previsão para ser iniciada dentro de 60 dias". Dando continuidade, Dra. De Biase passou a palavra ao conselheiro Paulo Reynaldo Maia Alves, representante do Centro Josué de Castro/ABONG. "Vários conselheiros falaram da preocupação de não se tampar a visão de determinadas coisas. Por esta razão, lembrei-me das duas Torres da Moura Dubeux, que ao tramitar no CDU, se não me falha a memória foi aprovado que não deveria ter um paredão, e sim, pilotis para que não barrasse a visão. Gostaria de saber se isto foi cumprido. Outra exigência do Conselho foi à preservação da rua, esta foi cumprida. Em termos de empreendimentos de impacto, a lei dar todo respaldo para o poder público considerar um imóvel, sendo de impacto. Não só aqueles que estão dentro dos parâmetros de mais de 20 mil m2... Na hora que houver um impacto urbanístico a lei dar poder à Prefeitura, considerando de impacto, independente do tamanho. Ao meu ver, foi bastante acertada a decisão da Prefeitura de tomar de impacto, a ligação por passarela dos prédios do Call Center. Em relação à passarela, gostaria de saber qual a ação da Diretoria de Urbanismo ou da Diretoria de Controle Urbano para regulamentar a Lei de Passarelas. Numa solicitação feita ao Jurídico, o mesmo pronunciou-se dizendo que deveria ser urgente a regulamentação da Lei, para que outras passarelas não tramitem sem a devida regulamentação. E, mais importante ainda é a regulamentação da cobrança, que deverá ser feita pela Secretaria de Finanças. Como cobrar, o que cobrar. Aproveito a oportunidade e lembro à Maria José De Biase que solicitamos que trouxesse ao Conselho todos os processos de passarelas informando quanto se está cobrando". Passando em seguida a palavra ao conselheiro Antônio Alfredo Oliveira Lima de



PREFEITURA DO
RECIFE

Menezes Júnior, representante do CORECON/PE, que inicialmente pediu desculpas pelo atraso à reunião. “Apesar de representar no CDU, o Conselho de Economia, atualmente desempenho a função de diretor comercial do Porto do Recife, e me encontrava numa missão protocolar. Quando se fala do Porto no momento que se reportam ao Complexo Cultural Recife/Olinda, não posso deixar de externar um certo arrepio. As ações voltadas para o Porto, são chocantes. Área portuária é concedida ao governo do Estado pela União. Existe hoje, a REVAPE (Recuperação da Área Portuária), completamente diferente do Projeto Recife/Olinda. Com relação ao heliponto, previsto para dentro da zona portuária, a obra foi embargada, e hoje, novamente em andamento. O projeto do Terminal de Passageiros está orçado em aproximadamente em 15 milhões de reais, com grande possibilidade de sair do papel. Os projetos: REVAPE, Heliponto, Cruz do Patrão, envolvem o Porto do Recife e a Prefeitura. Coloco-me à disposição para numa outra reunião fornecer todos os esclarecimentos necessários”. Em seguida, Dra. De Biase passou a palavra a conselheira e diretora da DIRURB, Dra. Taciana. “Quanto a visibilidade das duas Torres da Moura Dubeux, foi uma preocupação de outras pessoas também. Fizemos leitura do parecer do CDU, e verificamos que solicita a abertura da via na frente das Torres. Mas, não existe nenhuma exigência de ser gradil ou ser vazado. Neste momento, Dra. De Biase endossou as palavras da Dra. Taciana informando que fez também nova leitura do parecer e das plantas do projeto, verificando que não havia tal exigência. Retomando a palavra, em relação a impactos, concordo com as observações do conselheiro Paulo Reynaldo. Temos até que estudar melhor o assunto. Por exemplo, o Evolution usou do recurso de dar entrada na Prefeitura, prédio por prédio. O técnico menos ligado, talvez não tenha percebido a necessidade de analisá-los como todo”. Neste momento, o conselheiro Paulo Reynaldo informou que, “não havendo ainda a aprovação definitiva, qualquer processo poderá voltar a ser analisado”. Passando a palavra ao conselheiro João Domingos – IAB/PE. “Em relação a questão dos projetos de impacto, construção de passarelas e outros, infelizmente a Prefeitura não dispõe pelo menos por hora, de nenhum instrumento para coibir ações dessa natureza. Exemplo, você tem um terreno grande, desmembra em dois, pode até visualmente está numa coisa só. Difícil uma forma de regular melhor. A questão maior no caso específico do Call Center, embora sejam dois terrenos, dois proprietários distintos, é um empreendimento só. Ser em dois terrenos pode ter sido uma coincidência ou uma estratégia de construir de maneira mais rápida. Precisamos ver uma forma melhor de agilizar a votação dos projetos de impacto. Por outro lado também, dizem que a Prefeitura usa desse subterfúgio de divisão de áreas, para aprovação de projetos, como foi feito com o Parque Dona Lindu. Logo, não passou pelo CDU, pois não foi considerado de impacto. Aproveito para perguntar ao conselheiro Alfredo do CORECON sobre a REVAPE. Tenho informação que o projeto vai a partir do armazém 10. O terminal marítimo fica no 7, por isso pergunto: como fica a questão operacional dos armazéns 8 e 9? Outra questão é sobre o heliponto. Ao meu ver ele criará uma barreira, uma restrição à circulação”. O conselheiro Alfredo – CORECON informou que, “em relação ao Terminal de Passageiros, vão levar a zona secundária à beira do Cais. Será construída uma passarela por cima, onde o turista simplesmente desce do navio e, na mesma hora, já está no terminal (Armazém 7). O heliponto está planejado para após o armazém 14. No pé da ponte que um dia foi giratória. É um pleito do governo



PREFEITURA DO
RECIFE

do Estado, não posso entrar no mérito". Concluída a discussão e devido ao adiantado da hora, de comum acordo com os conselheiros presentes, Dra. De Biase deixou o item 3 - Discussão das Ações Mitigadoras, para a próxima reunião. Antes de terminar a reunião, Dra. De Biase agradeceu ao conselheiro Paulo Reynaldo Maia Alves pelo convite que trouxe para todos do Conselho do lançamento do seu livro Valores do Recife, na Livraria Cultural do Paço Alfândega, dia 01 de julho do corrente ano, às 19/00 horas, desejando a todos um bom São João. Finalizando a reunião, Dra. De Biase agendou para o dia 24 de julho a próxima reunião do Conselho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 19 de junho de 2009.

Maria José De Biase – Suplente do presidente

Taciana Maria Sotto Mayor – DIRURB (titular)

Márcia Vasconcellos Tavares de Melo – Sec. Planejamento (suplente)

Flávia Cardoso Ferro – Sec. Assistência Social (suplente)

Flávia Castanheira do Nascimento – SAJ (titular)

Otoniel Freire de Barros Neto – Sec. Saúde (titular)

José Antônio Bertotti Júnior – Sec. Ciência, Tec. Des. Econômico (titular)

José Fernando de Souza Paz – SANEAR (titular)

Isaac Azoubel Abram – URB/Recife (suplente)

Roberto Teixeira – CRM (titular)

Marco Aurélio de Farias Costa – CEF (suplente)

Tamar Ferreira Lima – Ag. CONDEPE/FIDEM (titular)

Marco Aurélio M. Estela de Melo – FIEPE (suplente)

Eduardo José Pereira de Oliveira – CDL/Recife (suplente)

Bruno Cortez Uchoa de Miranda – ACP (titular)

Tomé Ferreira de Lima – FEMICRO (suplente)

José Luiz Mota Menezes – CREA/PE (titular)

Alfredo Menezes Júnior – CORECON/PE (titular)

Sérgio Hígino Dias dos Santos Neto – OAB/PE (suplente)

João Domingos Petribú da Costa Azevedo – IAB/PE (suplente)

Paulo Reynaldo Maia Alves – CJC/ABONG (titular)

Maria Lins Julião da Rocha – MNLM/PE (titular)